

O PCAAAC E A SUA IMPORTÂNCIA

- O Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) é a execução nacional do correspondente Programa Europeu “*para o fornecimento de géneros alimentícios provenientes das existências de intervenção a favor das pessoas mais necessitadas da União Europeia.* Criado em 1987 é regulamentado actualmente pelo artigo 27º do Regulamento (CE) nº 1234/2007.
- Ligado desde o início à evolução da Política Agrícola Comum(PAC) e ao aproveitamento dos excedentes de intervenção (stocks), a diminuição destes determinou que a ajuda do Programa se passasse a efectuar também através de dotações financeiras aos Estados-membros (EM) para aquisições dos produtos no mercado.
- A dotação financeira total do Programa tem evoluído ao longo dos anos (de 192 Milhões de euros (M€) em 2000, para 295M€ em 2008 até cerca de 500 M€ em 2009 e 2010). A afectação a Portugal tem oscilado entre os 24,5M€ em 2009 e os 20,5M€ em 2011 (*ver Quadro Anexo*), correspondendo em proporção à taxa de pobreza relativa entre os EM.
- O Programa tem permitido que cerca de *13 milhões* de pessoas carenciadas em 19 Estados-membros da UE recebam ajuda alimentar, envolvendo na sua distribuição *240 Bancos Alimentares* e outras instituições sociais. O Relatório de execução do PCAAC, elaborado pelo Instituto de Segurança Social, relativo a 2010 refere como beneficiários do Programa em Portugal nesse ano, cerca de *424.000* pessoas, *95.000* famílias e *2.570* instituições (*ver Quadro Anexo*).
- Os produtos distribuídos em 2010 foram cereais (bolachas, farinha, massas), leite em pó, manteiga (sobremesas lácteas, manteiga com sal, queijo) e arroz. Alguns Bancos Alimentares (BA) são também pólos de recepção, assegurando a armazenagem.
- Os BA têm assegurado a distribuição de cerca de 60% das disponibilidades nacionais do Programa. O PCAAC tem representado em toneladas, entre 11% em 2008 e 20% em 2010 no conjunto da actividade global dos BA.

- Melhorias sugeridas:
 - reforçar a dotação do Programa para Portugal;
 - melhorar significativamente o coeficiente de transformação dos produtos, aumentando a quantidade dos produtos transformados para distribuição e o número de beneficiários;
 - aumentar a racionalidade e a criatividade na selecção dos produtos (valor nutricional, adequação às dietas e necessidades reais dos beneficiários, qualidade das embalagens, novos produtos...);
 - repensar a organização dos concursos públicos para transformação dos produtos, por forma por exemplo a não excluir os produtores nacionais;
 - maior definição e conhecimento atempado dos produtos a armazenar e distribuir por parte das instituições /pólos de recepção;
 - incremento da participação das entidades distribuidoras na elaboração do Plano Anual de Distribuição;
 - privilegiar a distribuição escalonada no tempo, evitando os actuais inconvenientes graves de concentração numa só fase;
 - estabelecer parcerias com base em confiança com as Instituições de Solidariedade Social, aligeirando a actual carga burocrática muito pesada (nacional maior que a europeia?), sem prejuízo do rigor e controlo das entregas.

O FUTURO DO PROGRAMA EUROPEU

- Na sequência de decisão do Tribunal Europeu de Justiça de Abril 2011, que retirou as consequências das sucessivas reformas da **PAC**, o programa foi inicialmente limitado em 2012 apenas às disponibilidades das existências de intervenção, progressivamente reduzidas (excluindo-se qualquer aquisição no mercado), passando o seu financiamento de 500 M€ para 113,4 M€.
- Esta brutal redução levou o Conselho a aceitar a proposta do Parlamento Europeu para uma solução transitória para o período final do corrente quadro financeiro multianual, estando para breve a aprovação de um chamado *phasing-out* do programa do âmbito da PAC. As compras no mercado serão uma via regular de complemento das intervenções dos stocks, num montante de 500 M€ para cada um dos anos de 2012 e 2013.
- Informações recentes indicam que a Comissão Europeia irá incluir na proposta do novo quadro multianual de financiamento (2014-2019) um esquema sucedâneo deste programa de ajuda alimentar, integrando-o na Política Social da UE, com financiamento do Fundo Social Europeu.
- Contra esta hipótese, pensa-se que a revisão da PAC poderia precisar um dos seus actuais objectivos que incluem, além da estabilização dos preços, a *garantia de preços razoáveis aos consumidores* (cfr. Artigo 39 (1), no caso, e por maioria de razão, dos mais necessitados. A negociação da PAC seria a oportunidade de afirmar um *compromisso político* da UE em relação à sua contribuição para uma verdadeira *política alimentar*.
- A transferência para a política social colocará o programa numa *lógica assistencial*, sem princípios de aproveitamento do desperdício e excedentes, ou de compensação por resultados de ganhos de eficiência da PAC ou de outras políticas europeias. E, ainda, poria fim a possíveis intervenções que de algum modo sinalizariam significativas aquisições no mercado, úteis para os agricultores, mas naturalmente *indiferentes para os EM não beneficiários da PAC*.
- Finalmente, a ajuda alimentar directa, com a distribuição dos produtos transformados, poderá ser substituída por vales (*stamps/vouchers*) ou cartões alimentares, com fortes *inconvenientes* : aumento do preço unitário, por anulação das compras por grosso, com diminuição correspondente das quantidades e de beneficiários; difícil garantia de operacionalização e controlo da natureza dos produtos a adquirir individualmente; risco de *mercantilização* progressiva da ajuda alimentar, com títulos ou vales transaccionáveis por bens diversos da alimentação.

Programa europeu de ajuda alimentar aos mais necessitados
em euros

	2008	2009	2010	2011	2012
Totais	294,5	496	478	480	(113,4) 500
Portugal	12,5	24,7	22,5	20,5	(4,5) ...

Portugal - Beneficiários (relatório Instituto de Segurança Social)
pessoas

	2008	2009	2010
Pessoas	393.287	401.852	423.989
Famílias	96.729	99.435	95.125
Instituições	2.242	2.285	2.572

Plano Anual de Distribuição - Portugal
toneladas /M euros

		açucar	cereais	arroz	leite em pó desnatado	manteiga
2008	Retirada stocks (tons)	1.627				
	Aquisições no mercado (M euros)		1,208	1,423	8,575	
2009	Retirada stocks (tons)	2.158				
	Aquisições no mercado (M euros)		2,623	3,074	17,033	
2010	Retirada stocks (tons)	1.045	47.522	5.079	1.826	
	Aquisições no mercado (M euros)					
2011	Retirada stocks (tons)		61.906		5.000	458
	Aquisições no mercado (M euros)					
2012	Retirada stocks (tons)				2.525	
	Aquisições no mercado (M euros)					